

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de julho, em Brasília.

## O DONO DA BOLA.

Apesar de ter sido uma importante vitória para o Governo Bolsonaro, os louros pela aprovação da Reforma da Previdência ficaram mesmo com Rodrigo Maia (DEM/RJ) e o Parlamento. Prova disso foi a maneira como prestigiaram e aplaudiram o discurso do presidente da Câmara sobre o tema, tendo seu trabalho inclusive reconhecido no discurso do líder do Governo, Delegado Waldir (PLS/GO), que sequer citou o Presidente da República.

É válido observar ainda que, de uma forma ou de outra, a atual administração perdeu a queda de braço e teve que entrar no jogo político do Congresso. Na reta final de discussão do texto, o Governo acabou cedendo a conhecida prática de liberação de emendas parlamentares como importante elemento de conquista de votos favoráveis. Somente no mês de julho, foram liberados mais de R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão em emendas individuais, de deputados e ex-deputados. A expectativa dos parlamentares agora é que o Governo destrave as nomeações do segundo escalão, com privilégio para os apoiadores da vitória da última semana.

Após esse significativo passo pela aprovação da Reforma, ainda restam algumas votações

sobre o texto no Congresso, trazendo consigo novas negociações pela frente. Se por um lado o recesso branco antes da votação da proposta em segundo turno deixa os deputados mais suscetíveis à pressão das bases, também concede mais tempo para organização do Palácio do Planalto para garantir os votos esperados.

Vencida a Reforma, será interessante observar a nova disputa entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional para a definição da pauta de votações. Há um consenso sobre a preferência pelo avanço da Reforma Tributária, sendo que os deputados saíram na frente do Governo e parecem já ter consolidado seu protagonismo sobre o assunto.

Para além disso, haverá muita disputa. Enquanto a equipe econômica manifesta a importância de seguir com ações para a retomada da saúde fiscal da União com foco em privatizações e desinvestimentos, Rodrigo Maia sinaliza querer avançar agora na reestruturação das carreiras de estado e dos programas sociais. Correndo por fora, o vice-presidente General Hamilton Mourão segue insistindo na pauta de campanha e quer a retomada das discussões da Reforma Política.

## Destaques da Semana

### Semana

- [54ª Cúpula do Mercosul](#) ocorre entre segunda (15) e sexta (17), em Santa Fé (Argentina).

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro** nessa segunda (15), esteve presente na Sessão Solene em homenagem ao aniversário do Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro (COPesp), acompanhado pelo ministro **Jorge Antonio de Oliveira Francisco** (Secretaria-Geral). Além

disso, participou da reunião com **Ali Al Shamsi**, Ministro da Autoridade Federal para Identidade e Nacionalidade dos Emirados Árabes Unidos, acompanhado pelos ministros **Ernesto Araújo** (Relações Exteriores) e **Fernando Azevedo e Silva** (Defesa).

Na quarta (17), Bolsonaro viaja para Santa Fé (Argentina), onde participa da posse do Brasil na presidência rotativa do Mercosul por um período de seis meses, durante a cúpula dos chefes de Estado do bloco.

## MCTIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Agenda do Diretor** – **Fernando Antônio Rodrigues Dias** participou da reunião do Sistema de Informação e Biossegurança - SIB.

## ME

Ministério da Economia

**Agenda do ministro** – **Paulo Guedes** promoveu reunião geral do Ministério e participou da reunião semanal de ajuste fiscal.

### Agenda Internacional

- ✓ Nova York (Estados Unidos) - Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável.

**Balança Comercial** – A balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 696 milhões na segunda semana de julho. As exportações somaram US\$ 4,226 bilhões, uma queda de 2,63% em relação ao mesmo período de 2018. Já as importações totalizaram US\$ 3,531 bilhões, o mesmo valor registrado no período em 2018. No mês, a balança registra superávit de US\$ 1,819 bilhão, decorrente de US\$ 8,766 bilhões em exportações e US\$ 6,947 bilhões em importações.

BACEN  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente** – **Roberto Campos Neto** está em São Paulo/SP, onde se reuniu com representantes do Santander, do Banco Inter e do Tesouro dos Estados Unidos.

**Boletim Focus** – A estimativa do mercado financeiro para o crescimento da economia este ano continua em queda. A projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) desta vez foi reduzida de 0,82% para 0,81%. A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu de 3,80% para 3,82% este ano. Ao final de 2019, as instituições financeiras esperam que a Selic esteja em 5,50% ao ano, mesma projeção da semana passada.

## MJSP

Ministério da Justiça e Segurança Pública

**Agenda do Ministro** – **Sério Moro** encontra-se afastado ao longo desta semana, para tratar de questões particulares.

## Poder Legislativo

### CONGRESSO NACIONAL

Como a apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 ainda não ocorreu, o Congresso Nacional inicia nesta quinta (18) o chamado "recesso branco". Os parlamentares retomam as suas atividades em agosto.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Plenário

Os deputados podem concluir a apreciação do **PL 1292/95** (*Nova Lei de Licitações*). O texto-base foi aprovado no final de junho e está pendente a votação dos destaques. Também constam na pauta diversos projetos de decreto legislativo que referendam acordos internacionais assinados pelo Brasil.

**SENADO FEDERAL**

Plenário

O Senado não convocou sessões deliberativas para esta semana.

**Temáticas em Pauta nas Comissões**

**TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO**

Carreiras de C&T

Senado | CCJ | Quarta (17)

**Audiência Pública** – Debater a necessidade urgente de recomposição dos quadros das Instituições das Carreiras de Ciência e Tecnologia e seus orçamentos. Foram convidados: **Marcos Cesar Pontes**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); **Paulo Roberto Nunes Guedes**, Ministro de Estado da Economia (ME); **Ronald Shellard**, Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); **Ivanil Elisiário Barbosa**, Secretário Executivo do Fórum Nacional das Entidades Representativas das Carreiras de Ciência e Tecnologia; e **Ildeu Moreira**, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

**Política**

**Mercosul se reúne na Argentina com ares novos após pacto com a UE.** O Mercosul realizará nesta semana sua cúpula semestral na Argentina com uma revitalizada agenda graças ao histórico acordo alcançado em junho com a União Europeia (UE), que chega como uma lufada de ar fresco diante da insatisfação com as escassas conquistas comerciais do bloco sul-americano. Esse encontro servirá de preparação para a reunião de terça-feira do Conselho do Mercado Comum (CMC), integrado pelos chanceleres e ministros da Economia e que devem adotar suas decisões por consenso. O outro grande tema técnico em curso é a revisão da tarifa externa comum (ACE), a taxa que os bens devem pagar para ingressar ao Mercosul e que está em vigência há 25 anos. A agenda de assuntos sobre a mesa prevê ainda propostas para incluir o açúcar e os automóveis no livre-comércio dentro do bloco, a eliminação da cobrança do roaming dentro do Mercosul e um acordo de facilitação do comércio dentro da união. Além deste acordo de livre-comércio, o Mercosul negocia outro com o Canadá, que espera concluir antes do final deste ano. Além disso, o bloco procura novos horizontes na Ásia, ansiando carimbar um pacto comercial amplo com a Coreia do Sul em 2020 e avançando nas conversas com Singapura, que se iniciaram em abril deste ano. Fonte: Portal Uol

**Relator diz que projeto da LDO será votado no início de agosto.** O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, deputado Cacá Leão (PP/BA), disse que o parecer será votado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) no início de agosto. O relatório, apresentado no último domingo (07/07), seria examinado na quarta-feira (10/07), mas a reunião foi cancelada em razão da análise da reforma da Previdência pelo Plenário da Câmara. Cacá Leão promoveu alterações em relação ao projeto original enviado pelo Executivo. O parecer prevê a [possibilidade de reajustes salariais](#) para o pessoal civil da União, mas a iniciativa caberá ao governo. O Executivo havia previsto apenas a correção das remunerações nas Forças Armadas – medida que integra o projeto de mudanças no sistema de pensões dos militares ([PL 1645/19](#)). Fonte: Agência Câmara

**Bancos de desenvolvimento vão continuar a ser importantes, diz Joaquim Levy.** O economista Joaquim Levy, ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) defendeu nesta segunda-feira (15) a importância dos bancos de desenvolvimento e da democratização do acesso ao crédito. "Os bancos de desenvolvimento vão continuar a ser importantes. Apesar de a gente estar em um mundo em que o capital é abundante, ele não chega sempre no lugar que deve chegar, exatamente pelas imperfeições de mercado", disse em evento sobre abertura econômica na FGV (Fundação Getúlio Vargas), no Rio de Janeiro. Levy encontrava resistência por ter sido ministro da Fazenda no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Membros da área econômica do governo Bolsonaro também afirmaram à Folha que o economista tinha dificuldade de atender algumas das principais determinações relativas à administração do banco. A avaliação é de que o economista não teria dado andamento a uma revisão das grandes operações feitas pelo BNDES nos últimos anos, principalmente durante a gestão petista. Nesta segunda (15), Levy também defendeu a importância do BNDES em viabilizar o acesso de bancos menores a recursos competitivos. "Através dos recursos do FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador], o BNDES é capaz de irrigar uma porção de bancos médios e pequenos que só podem emprestar em condições competitivas se têm acesso a recursos estáveis e relativamente baratos", disse. Fonte: Folha de S. Paulo

**Mourão defende reforma política após a conclusão da Previdência.** O vice-presidente Hamilton Mourão defendeu nesta segunda (15) que, após aprovação da reforma da Previdência, o próximo passo do Congresso deve ser a reforma política. "Hoje, lá dentro do Congresso, na Câmara dos Deputados, temos 26 partidos representados, apenas dois partidos têm mais de 50 deputados, em torno de sete têm entre 30 e 40 e o restante são partidos com dez ou oito deputados, então, é extremamente fragmentado o nosso Congresso, não é fácil lidar com isso aí. Os partidos deixaram de representar o pensamento da sociedade como um todo", afirmou Mourão. O vice-presidente defende o sistema político com voto distrital, que, para ele, seria também uma forma de baratear as eleições. "É a minha opinião para a eleição ficar mais barata." Mourão disse que o governo Bolsonaro assumiu tendo que atacar dois grandes problemas da economia brasileira, que são a questão fiscal e a agenda de produtividade. "Na questão fiscal, teve que buscar o equilíbrio. Então, qual era a primeira coisa para buscar o equilíbrio fiscal? A reforma da Previdência. Felizmente ela está encaminhada. Não da forma como nós, governo, gostaríamos, mas existe um velho aforismo no meio militar que diz que o ótimo é inimigo do bom." "Então", continuou o vice, "vamos ter uma reforma boa, não uma ótima. Daqui a cinco, seis anos, nós vamos estar novamente discutindo isso aí. Agora, não poderíamos passar por cima disso aí de forma nenhuma, senão a garotada que está aqui ia trabalhar até o fim da sua vida". Para Mourão, a reforma da Previdência não é a solução dos problemas, mas a abertura para resolver a questão fiscal e a retomada da economia. Fonte: Folha de S. Paulo

**Bolsonaro quer mais acordos no Mercosul.** O presidente Jair Bolsonaro afirmou que vai discutir com o presidente da Argentina Mauricio Macri novos acordos do Mercosul com outros blocos e países. Na lista, disse o presidente, estão Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos. A entrevista foi concedida em Brasília, ao jornal 'Clarín', antes da viagem à cidade argentina de Santa Fé para a cúpula do Mercosul, nesta semana. Na quarta-feira (17), o Brasil assumirá a presidência rotativa do Mercosul durante a reunião dos chefes de Estado do bloco, que atualmente está sob o comando argentino. A participação de Bolsonaro no encontro será precedida de uma série de reuniões entre funcionários de governos e diplomatas, que vão discutir medidas para simplificar e desburocratizar as relações comerciais e institucionais entre os países do bloco e outras nações. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Governo Bolsonaro sem coalizão deixou Congresso mais forte, diz Maia.** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou neste sábado (13), em entrevista à Folha, que o Congresso tem se fortalecido por causa da forma com que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) faz política, sem uma base de coalizão apoiando o governo. Para Maia, se Bolsonaro mantiver esse modelo de relação com o Parlamento, terá dificuldade em aprovar projetos do governo. Na avaliação dele, somente propostas que interessam ao estado brasileiro, como as reformas da Previdência e a tributária, terão sucesso. Na entrevista, realizada na residência oficial da Presidência da Câmara, Maia negou se considerar um "primeiro-ministro", mas disse ter chegado ao "topo" de sua carreira política no comando da Casa com a aprovação do primeiro turno da reforma da Previdência, concluído na noite desta sexta-feira (12). Maia disse ainda que o ministro Paulo Guedes (Economia) errou ao criticar a Câmara e que caberá a ele retomar a relação com os deputados. Fonte: Folha de S. Paulo

**Paulo Guedes quer acabar com adesão obrigatória à OAB e a outros conselhos.** O ministro Paulo Guedes (Economia) encaminhou ao Congresso uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que acaba com a inscrição obrigatória de trabalhadores em alguns conselhos de classe. O [texto](#) estabelece que profissionais não precisam integrar os conselhos desde que a ausência de regulação não "caracterize risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social". Não são especificados os casos em que há esse entendimento nem quais entidades seriam afetadas pela mudança. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), por exemplo, pode estar entre as atingidas. O projeto também afirma que conselhos profissionais "são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuam em colaboração com o poder público". O texto coloca, ainda, que os conselhos estão submetidos às regras do direito privado e à legislação trabalhista e que não devem "criar obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do

país”. Em outro trecho, o projeto estabelece que é vedado às entidades “promover, facilitar ou influenciar a adoção de práticas anticompetitivas em sua área de atuação”. O texto também coloca que uma lei federal tratará da criação; princípios de transparência; delimitação dos poderes de fiscalização e de aplicações de sanções; e valor máximo de taxas, anuidades e multas das entidades. Fonte: Poder 360

**BNDES confirma sete novos nomes para a diretoria.** O novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, de posse marcada para a terça (16), em Brasília, trocará toda a diretoria da instituição de fomento. A diretoria, hoje com oito vagas (uma desocupada), passará a ter dez postos, conforme estrutura organizacional apresentada por Montezano em reunião na quinta (11), no Rio. No encontro, o novo presidente reafirmou a meta, já estipulada na semana anterior, de explicar a “caixa-preta” do BNDES em até dois meses. Fonte: O Estado de S. Paulo

**PSL prepara cartilha de princípios para filtrar novos filiados e enquadrar os que não seguem diretrizes.** Enquanto prepara uma campanha nacional de filiação para agosto, o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, está elaborando uma cartilha de princípios. Com vistas às eleições municipais, o partido quer usar a medida para enfrentar um dilema: como buscar quadros competitivos para eleger mais prefeitos em 2020 sem desaguar numa filiação desenfreada de pessoas com pouco ou nenhum alinhamento com a legenda. Além de “filtrar” novos filiados, o objetivo é ter um instrumento para “enquadrar” os que não seguirem à risca as diretrizes do partido. O texto está sob responsabilidade da direção nacional. Segundo dirigentes ouvidos pelo Globo, ele abordará temas caros ao bolsonarismo, da agenda liberal na economia à pauta conservadora nos costumes, como a defesa das privatizações e a condenação do aborto e da chamada “ideologia de gênero”. Fonte: O Globo

**Eduardo Bolsonaro se reúne com o pai no Palácio da Alvorada.** O deputado Eduardo Bolsonaro se reuniu na manhã de sábado (13/07) com o pai, o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República. Eduardo Bolsonaro já tinha dito que deveria conversar com o presidente neste fim de semana, sobre a indicação do nome dele para novo embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Na sexta-feira (12/07), em uma rede social, o deputado afirmou que, no Congresso, ele é apenas mais um entre os 513 deputados federais e, nos Estados Unidos, seria o Brasil no exterior. Eduardo Bolsonaro disse também que não iria a passeio, mas para trabalhar e representar o Brasil. A possível indicação do filho do presidente para o cargo de embaixador tem enfrentado resistência de diplomatas, embaixadores e políticos. Uma súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) proíbe a nomeação de parentes em cargo de direção, chefia, cargo em comissão ou de confiança. Mas alguns ministros da corte entendem que a súmula não alcança nomeações de cargos de natureza política. O caso é tão inédito que o corpo jurídico do Senado ainda está fazendo um estudo técnico para saber, por exemplo, se o deputado teria que renunciar ao mandato antes ou só depois de ser sabatinado.. Fonte: G1 Notícias

**Governo vai ‘destravar’ distribuição de cargos.** Dois meses após a edição de um decreto que instituiu o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas, mais conhecido como “banco de talentos”, o governo ainda não preencheu a maioria das vagas de segundo escalão nos Estados, mas promete “destravar” as indicações e acelerar a distribuição dos cargos para partidos que apoiaram a primeira etapa da reforma da Previdência na Câmara. Até agora, a maior parte dos compromissos assumidos pelo Planalto foi com o Centrão, grupo que atuou como fiel da balança para a aprovação das mudanças na aposentadoria. A estratégia do Planalto também prevê atenção especial ao Nordeste, antigo reduto do PT e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso desde abril do ano passado. É naquela região que está, por exemplo, a cobiçada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), foco de corrupção em um passado não muito distante. Diretorias da estatal serão loteadas entre DEM, PP, MDB e PSDB, que, apesar de não integrar o Centrão, é uma espécie de “agregado” no bloco que dá as cartas do poder na Câmara. Fonte: O Estado S. Paulo

**SPE revisa projeção de crescimento do PIB em 2019 para 0,8%.** A Secretaria de Política Econômica revisou para 0,8% a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil em 2019. A nova projeção, que faz parte dos indicadores macroeconômicos da grade de parâmetros que fundamentam o processo orçamentário, foi divulgada nesta sexta-feira (12/7), durante a coletiva de lançamento do Boletim Macroeconômico. Fonte: ASCOM - ME

**Governo quer reduzir alíquota máxima do Imposto de Renda, diz jornal.** A reforma tributária a ser encaminhada pelo governo federal ao Congresso incluirá a redução da alíquota máxima do Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas. A informação é do jornal Folha de S.Paulo. Para a pessoa física, a taxa máxima vai passar de 27,5% para 25%. Já para as empresas, cairá de 34% para 25%. O governo também vai ampliar a faixa salarial isenta do pagamento desse tributo. Depois da reforma da Previdência, a tributária é o 2º item da pauta prioritária da equipe econômica comandada pelo ministro Paulo Guedes (Economia). A mudança no IR será 1 dos itens dessa reforma, que incluirá também a fusão de 5 tributos federais: PIS, Cofins, IPI, CSLL e IOF. Segundo as projeções do ministério, o novo imposto precisaria ter uma alíquota de cerca de 15%. O governo ainda apresentará sua proposta de reforma tributária.

Enquanto isso, outros 2 projetos já caminham no Congresso com esse objetivo. A visão do Ministério da Economia é que o Legislativo tomou a liderança nesse processo e que o governo precisa encontrar uma forma de fazer o seu texto avançar. Fonte: Poder 360

**Comissão Senado do Futuro define temas para atividades no segundo semestre.** A Comissão Senado do Futuro (CSF) vai promover no segundo semestre atividades, debates e missões oficiais para discutir o sistema brasileiro de governo, a interferência das notícias falsas (*fake news*) no debate público e o uso da tecnologia no processo democrático e nas ações para transparência na administração pública. Os requerimentos foram assinados pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) e aprovados pelo colegiado na última quinta-feira (11/07). O parlamentar explicou que essas reflexões vão favorecer a elaboração de propostas legislativas, além de ajudar na análise dos projetos já em tramitação sobre esses temas. Fonte: Agência Senado

**Líderes cobram novas reformas e agenda pós-Previdência.** A recente conquista, em primeiro turno, da votação da Reforma da Previdência despertou o sentimento de que esta seja seguida por alterações nos impostos, além de outros projetos em prol de uma agenda positiva, a fim de retomar índices de desenvolvimento econômico positivos. Para o deputado Giovani Cherini (PL-RS), ainda não há muito motivo para celebração. "A festa tem que ser na retomada do emprego e no crescimento econômico", afirmou, destacando a necessidade de uma reforma tributária. Fonte: Agência Câmara

**Governo anunciará mudanças no sistema de recuperação e falência de empresas, diz secretário.** O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou na sexta-feira (12/07) que o governo vai anunciar "em breve" uma mudança estrutural em todo o sistema de recuperação e falência. "Estamos em diálogo com o Congresso Nacional e muito em breve anunciaremos uma mudança estrutural em todo o sistema recuperacional e falimentar do país", disse Rodrigues. Sem dar detalhes de quais mudanças seriam feitas, o secretário afirmou que o Brasil tem um baixo índice de recuperação judicial, extrajudicial e de falências. Segundo ele, enquanto a média da América Latina é de recuperação de 45 centavos de cada unidade monetária em recuperação judicial ou extrajudicial, o Brasil recupera de 23 a 24 centavos. Rodrigues afirmou que o total de empresas que está hoje em recuperação judicial representa um crédito de R\$ 283 bilhões. De acordo com dados divulgados pelo secretário, em 2016 o número de pedidos de recuperação judicial foi 7 vezes maior do que em períodos normais e mais de três vezes maior do que o registrado após a crise econômica mundial de 2008. Fonte: G1 Notícias

**'Vamos precisar de mais estímulos para elevar a economia do país', diz analista.** A projeção oficial de alta do Produto Interno Bruto do Brasil recuou para 0,81% em 2019, ante 1,6% do último relatório divulgado em maio. Os dados foram informados nesta sexta-feira, dia 12, pelo governo federal. De acordo com o Ministério da Economia, os fatores que impactaram essa revisão no curto prazo foram a guerra comercial entre China e Estados Unidos, os problemas climáticos, que prejudicaram a agricultura, e o rompimento da barragem da empresa Vale, em Brumadinho (MG), que prejudicou a indústria. Já o efeito completo da reforma da Previdência e novas medidas que devem beneficiar a economia no curto prazo não foram consideradas, segundo a pasta. Fonte: Canal Rural

**Bolsonaro critica candidato de Kirchner na Argentina e apoia reeleição de Macri.** O presidente Jair Bolsonaro concedeu entrevista ao jornal argentino Clarín, dias antes de viajar à Argentina para participar de cimeira do Mercosul, em 17 de julho. Em conversa com o jornalista Guido Nejamkis, Bolsonaro apoiou a reeleição do presidente argentino Mauricio Macri e criticou o candidato à Presidência Alberto Fernández –que visitou o ex-presidente Lula na prisão. O militar também criticou a ex-presidente Argentina Cristina Kirchner. Fonte: Poder 360

**Relatório do pacote anticrime deve ter votação concluída no segundo semestre.** O grupo de 16 parlamentares fez dez audiências públicas com juristas, juízes, promotores, procuradores, professores e outros especialistas jurídicos. Após essa fase de aprofundamento dos debates, foi apresentado o relatório do deputado Capitão Augusto (PL-SP). Dividido em tópicos, parte do relatório já foi votado. O tema que teve a discussão mais acirrada foi a prisão em segunda instância. O grupo decidiu, por sete votos a seis, que essa é uma questão constitucional que deverá ser tratada por uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 410/18). Os outros dezesseis itens, com vários subtemas, serão tratados por meio de projetos de lei. Fonte: Agência Câmara

## Previdência

**Comissão aprova redação em 1º turno da reforma da Previdência.** A comissão especial da reforma da Previdência (PEC 6/19) aprovou na madrugada no sábado (13/07), por 35 votos contra 12, o texto que vai a voto em segundo turno pelo Plenário da Câmara dos Deputados. A votação encerra a análise da proposta em primeiro turno. O colegiado iniciou a reunião na noite de sexta-feira (12/07) para consolidar as alterações feitas pelo Plenário no decorrer

da votação em primeiro turno: mudanças em prol das mulheres, diminuição do tempo do homem que se aposenta por idade no setor privado e regras mais favoráveis aos professores e policiais da ativa. A expectativa é que a votação em 2º turno seja realizada a partir de 6 de agosto, na volta do recesso parlamentar. O texto precisa ser aprovado com o voto favorável de 308 deputados para seguir ao Senado. Para ser votado em Plenário, será necessário cumprir o intervalo regimental de cinco sessões ou votar um requerimento que permite dispensar esse prazo. A principal diferença entre os dois turnos é que, na segunda votação, não são admitidas emendas, apenas a supressão de pontos do texto. Fonte: Agência Câmara

**Previdência: 2º turno da votação será em agosto, diz Maia.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou o início da votação do segundo turno da reforma da Previdência (PEC 6/19) para o dia 6 de agosto, assim que terminar o recesso parlamentar. A previsão, segundo o presidente, é concluir esta etapa no dia 8. Na madrugada deste sábado, 13, a Câmara votou em primeiro turno a proposta. Maia afirmou que o adiamento da votação para o segundo semestre não representa uma derrota. Segundo ele, o mais importante foi terminar o primeiro turno da proposta neste semestre e isso foi cumprido. Fonte: Canal Rural

**Tebet não acredita que Senado aprove Previdência em setembro.** A presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), disse nesta segunda-feira, 15, que não acredita que o Senado vai aprovar a reforma da Previdência em setembro, mas na primeira semana de outubro. "Não vejo possibilidade de entregar dia 15 de setembro. É importante deixar a oposição respirar". O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que o Senado aprova a reforma em setembro. A declaração da emedebista foi dada ao fazer um resumo de sua atuação no comando da CCJ. "Vai chegar na CCJ em uma quinta-feira, que já é dia 7 de agosto, se der certo lá [votação em segundo turno na Câmara dos Deputados]". A presidente da CCJ também confirmou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) como relator da reforma. Tebet prevê uma tramitação de três semanas a um mês da reforma da Previdência na CCJ e de uma semana a 15 dias no plenário. Fonte: Congresso em foco

**PSB processa dissidentes da reforma da Previdência.** O PSB instaurou um processo contra os 11 deputados federais que contrariaram a posição do partido para votar a favor da reforma da Previdência. A medida, tomada nesta segunda-feira (15), pode levar até à expulsão desses parlamentares e será replicada pelo PDT na próxima quarta-feira (17). Mesmo assim, é possível que a decisão final sobre o tipo de penalidade que será aplicada a esses deputados seja tomada apenas em agosto, depois do segundo turno da reforma. Presidente do Comitê de Ética do PSB, Alexandre Navarro explicou que uma representação contra os parlamentares que apoiaram a proposta que muda as regras da aposentadoria brasileira na Câmara dos Deputados foi apresentada logo após a aprovação do texto-base da reforma. E essa representação foi aceita pelo presidente nacional da sigla, Carlos Siqueira. Nesta segunda, então, o Comitê de Ética se reuniu em Brasília para dar início a esse processo. Com isso, os 11 deputados processados serão notificados e terão dez dias para apresentarem suas defesas. Com base nisso, o Conselho de Ética vai orientar o diretório nacional do PSB sobre quais penalidades podem ser aplicadas a esses parlamentares, que representam um terço da bancada do partido na Câmara. "Vamos dar nossa indicação. A decisão final é do partido. Mas a punição pode ir desde uma advertência até a expulsão do partido, passando pela perda de prerrogativas que o partido tenha lhe conferido na Câmara, como a presença em comissões, o horário de liderança e de discurso", contou Navarro, explicando que a punição varia de acordo com o grau de infidelidade partidária. É possível, contudo, que a decisão final sobre o tipo de punição que será aplicado a esses deputados só saia em agosto. Afinal, o voto desses parlamentares ainda pode mudar na votação em segundo turno da reforma. "Acho que é um ingrediente para você rediscutir a posição do partido", admitiu Navarro. Fonte: Congressos em foco

**Prefeitos apostam no Senado para emplacar Estados e municípios na reforma.** Derrotados na Câmara Federal pelo lobby dos governadores do Nordeste, da oposição ao Governo, que derrubaram a entrada de Estados e municípios na reforma da Previdência, os prefeitos vão intensificar o corpo-a-corpo com senadores para tentar emplacar emenda no texto a ser votado no Senado até outubro. A Confederação Nacional de Municípios orientou os alcaides e entidades a se reunirem com parlamentares durante este recesso parlamentar para pedir apoio à proposta. De acordo com a CNM, se a mudança for acatada pelo Congresso, os 2.108 municípios com Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) se juntariam aos 3.460 que seguem o Regime Geral na adoção das novas regras para aposentadorias. medida reduzirá custos previdenciários em até R\$ 41 bilhões em 4 anos, e R\$ 170 bilhões em uma década, prevê a entidade. Senadores, entre eles o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP), já sinalizaram que vão incluir Estados e municípios quando o texto chegar para discussão e aprovação na Casa. Fonte: DCI

**'Você não ter governo organizado atrapalha muito', diz Maia sobre votação da PEC da Previdência.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou em entrevista à GloboNews na sexta (12), após encerrar o primeiro turno de votação da proposta de reforma da Previdência, que o governo Jair Bolsonaro "tem uma base muito desorganizada ou não tem base" de apoio no Congresso Nacional. Principal avalista da reforma previdenciária no parlamento, Maia disse que "atrapalha muito" não ter um governo organizado, referindo-se à falta de articulação política do Palácio do Planalto na Câmara no início da análise da proposta de emenda à Constituição (PEC) no plenário da Casa no início desta semana. Fonte: G1 Notícias

**Maia diz que Senado pode incluir Estados na reforma da Previdência.** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, indicou nesta segunda-feira (15/07) que há possibilidade de que o Senado acrescente Estados e Municípios na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Previdência. Em entrevista concedida à Rádio Gaúcha, Maia afirmou que o tema foi excluído na Câmara para não ter o risco “de não aprovar nada”. O presidente da Câmara disse que as discussões não foram para frente porque “deputados próximos a governadores trabalharam contra a reforma, principalmente no nordeste”. Fonte: Poder 360

**'Sem dúvida, Previdência ainda é a prioridade no segundo semestre', diz Heleno.** O ministro Augusto Heleno, chefe do gabinete de Segurança Institucional, disse ao blog que a reforma da Previdência ainda é a grande prioridade do governo federal no segundo semestre. Na avaliação do Planalto, seria melhor a Câmara votar o segundo turno da reforma ainda em julho, para aproveitar o ambiente da votação expressiva que a proposta teve no primeiro turno (379 votos contra 131) – e que surpreendeu até o governo. Para Heleno, questionado pelo blog, a Previdência é “decisiva” para tudo que vai acontecer nos próximos anos. Por isso, ainda será a prioridade da agenda econômica no segundo semestre, até que a votação esteja concluída. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ao blog que não queria correr o risco de pautar uma matéria como a Previdência sem a garantia de quórum. Por isso, nesta semana, na véspera do recesso parlamentar, Maia só vai pautar o que tiver acordo entre base e oposição. Maia e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) também vão tocar a reforma tributária nesta semana. Ribeiro, que é o relator, quer encontrar o economista Bernard Appy para afinar a base do texto a ser discutido na comissão especial, já instalada. Fonte: G1 Notícias

## Judiciário

**Devolução de servidores poderá prejudicar serviços prestados pela DPU.** Mais de 40 unidades da Defensoria Pública da União (DPU) correm o risco de encerrar suas atividades até o fim deste mês, caso ocorra a devolução de 828 servidores que pertencem a quadros de outros órgãos e estão cedidos à DPU. A instituição conta com 487 servidores próprios, que prestaram concurso específico para nela ingressar, e 645 defensores federais. A DPU informou, por meio da assessoria de imprensa, que o prazo de retorno dos servidores requisitados a suas lotações de origem é 27 de julho. Ao todo, informou a DPU, 43 unidades poderão ser afetadas. Com 18 unidades, a Região Sudeste é a que mais deve sofrer perdas. Cidades com população expressiva, como Guarulhos e Osasco, na Grande São Paulo, que têm, respectivamente, mais de 1,3 milhão de habitantes, estão na lista. Fonte: Agência Brasil

## Último Foco

**eSocial: Receita Federal adia Simples e prepara novo cronograma.** A Receita Federal lembrou nesta segunda, 15/7, de avisar às Micro e Pequenas Empresas que tinham obrigações vencidas desde 10/7 que diante do anúncio do governo de que vai substituir o eSocial, essas obrigações relativas à Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais, ou EFD-Reinf, estão adiadas. Segundo a Receita, um novo leiaute, assim como uma norma com novo cronograma serão divulgados “em breve”. “A Receita Federal especificará e implantará a inclusão dessas informações na EFD-Reinf, bem como sua integração com a DCTFWeb para constituição do crédito tributário. Enquanto as informações necessárias para administração tributária conferir efetividade ao controle tributário não migrarem para a EFD-Reinf, a DCTFWeb será alimentada, de forma transitória, pelas informações coletadas pelo eSocial”, informou o Fisco, em nota. Segundo a Receita, “as informações de interesse da Receita Federal que tratam de matéria tributária, que hoje estão no eSocial, migrarão para a EFD-Reinf, notadamente os eventos de elaboração da folha de pagamento, nos termos do art. 32, I da Lei nº 8.212, de 1991 c/c o art. 47, §1º-A, inciso II da IN RFB nº 971, de 2009 e art. 2º, §3º da Lei nº 11.457 de 2007”. Além disso, “será adiada a data de entrada em produção da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) do 3º Grupo, que engloba, em sua maioria, as empresas do Simples Nacional. A publicação de ato normativo referente ao novo cronograma da EFD-Reinf será feita em breve.” Fonte: Convergência Digital

**Brasil assina acordo para o fim do roaming no Mercosul.** Os países-membros do Mercosul vão assinar um acordo para o fim da cobrança de roaming em serviços de telecomunicações entre pessoas residindo no bloco. O termo deve ser firmado em reunião na 24ª Cúpula do Mercosul, a ser realizada nesta semana na cidade de Santa Fé, na Argentina. O fim da cobrança de roaming vai abranger serviços de voz (ligações em dispositivos fixos e móveis), envio de mensagens e dados, nome dado para os pacotes de acesso à internet. Segundo a assessoria da agência, ainda não há previsão de quando a medida passará a valer. Fonte: Agência Brasil

**Câmara pode votar destaques à nova Lei de Licitações.** Os deputados podem voltar esta semana a apreciar os destaques, com sugestões de mudanças ao texto-base da nova Lei de Licitações (PL 1292/95) aprovado no dia 25 de junho. Após a conclusão da votação da matéria no plenário da Câmara, o projeto segue para o Senado. Se não forem votados até dia 17 de julho, véspera do recesso parlamentar, os destaques só poderão ser analisados a partir do dia 6 de agosto, quando os deputados voltam aos trabalhos na Casa. O projeto define um novo marco legal para União, estados e municípios para execução de obras e para a aquisição de bens e serviços. O texto substitui a Lei das Licitações (8.666/93), a Lei do Pregão (10.520/02) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC - Lei 12.462/11), além de agregar temas relacionados. Fonte: Agência Brasil

**MP que simplificava abertura e fechamento de empresas perde a validade.** A votação da reforma da Previdência comprometeu a vigência de duas medidas provisórias, que perderam a validade por não terem sido votadas no prazo de 120 dias. Uma delas é a [MP 876/19](#), que facilitava a abertura e o fechamento de pequenos empreendimentos. O relatório aprovado na comissão mista determinava que, além do registro, deveriam ser automáticas também as alterações e extinções de firmas constituídas como Empresário Individual, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli) e Sociedade Limitada (Ltda). Fonte: Agência Câmara

**Câmara Brasil-Alemanha seleciona startups para programa de aceleração.** Empresas emergentes inovadoras (startups) do Brasil e da Alemanha podem se inscrever, até o próximo dia 19, para o *Startups Connected*, programa de aceleração da Câmara Brasil-Alemanha, que este ano completa sua quarta edição. As inscrições são feitas no site do programa. Nas três últimas edições, 30 startups foram aceleradas a partir de 30 desafios apresentados. Ano a ano, são lançados novos desafios, cada um liderado por uma empresa âncora. Neste ano, são nove desafios. O diretor do Departamento de Inovação e Tecnologia da Câmara Brasil-Alemanha, Bruno Zarpellon, disse na quinta-feira (11/07) à Agência Brasil que o principal critério para seleção das vencedoras é a aderência ao desafio. Fonte: Agência Brasil

**Agência dos EUA faz acordo para cobrar quase US\$ 5 bi do Facebook por falhas de privacidade, diz jornal.** A agência federal de comércio dos Estados Unidos (FTC, na sigla em inglês) aprovou um acordo de quase US\$ 5 bilhões com o Facebook para encerrar uma ampla investigação sobre falhas da empresa na proteção da privacidade dos usuários, disse o jornal *"Wall Street Journal"* na última sexta-feira (12/07). Segundo a reportagem, que se baseou em "fontes familiarizadas com o assunto", o acordo foi aprovado por 3 votos a 2, com uma maioria de conselheiros do Partido Republicano a favor e a objeção de representantes democratas. Ainda segundo o jornal, o acordo ainda precisa ser homologado e deve incluir outras restrições governamentais sobre como o Facebook trata a privacidade dos usuários. Fonte: G1 Notícias

**Ericsson vê rede 5G em operação no Brasil até início de 2021, diz presidente.** A fabricante sueca de equipamentos de telecomunicações Ericsson espera que a rede móvel 5G do Brasil entre em operação até o início de 2021, vários meses depois do leilão de espectro agendado para março do ano que vem, disse à Reuters o presidente da companhia para América Latina e Cone Sul, Eduardo Ricotta. A companhia está trabalhando em estreita colaboração com as operadoras de telefonia e a agência reguladora do setor, a Anatel, para testar a tecnologia antes da aguardada licitação, afirmou o executivo, em entrevista na quinta-feira. Em maio, a agência reguladora determinou que as frequências 2.3 GHz e 3.5 GHz seriam destinadas ao 5G. Outras bandas como a 26 GHz e a 700 MHz também podem ser adicionadas ao leilão, cujas regras ainda não foram anunciadas. O formato do processo de licitação também pode afetar o ritmo de implementação do 5G no Brasil, comentou Ricotta, ecoando preocupações do setor em relação ao custo do espectro, uma vez que o governo tenta resolver o problema do déficit público. Fonte: Reuters

**Trump quer que moedas digitais estejam submetidas às regulamentações bancárias.** O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, criticou na quinta-feira (11) o bitcoin, a moeda digital libra, do Facebook, e outras criptomoedas, e exigiu que as empresas busquem um estatuto bancário e se sujeitem às regulamentações norte-americanas e globais se quiserem "tornar-se um banco". Os comentários de Trump vêm um dia depois de o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, dizer aos legisladores que o plano do Facebook de construir uma moeda digital chamada libra não poderia avançar a menos que abordasse preocupações com privacidade, lavagem de dinheiro, proteção ao consumidor e estabilidade financeira. Powell disse que o Fed estabeleceu um grupo de trabalho para acompanhar o projeto e estava coordenando com os bancos centrais de outros países, vários dos quais também expressaram preocupação com o projeto de moeda digital do Facebook. Fonte: G1 Notícias